



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Zona da Mata, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : JOSE LUCAS JAQUES
CNPJ/CPF : 22.424.206/0001-81

Empreendimento : JOSE LUCAS JAQUES

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Sítio Morro número/km S/N Bairro Zona Rural CEP 36213-000 Dores de Campos - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Dores de Campos (LAT) -21.1496, (LONG) -44.024

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 333/2025

Motivo da decisão:

Sugerimos o indeferimento do processo administrativo SLA nº 333/2025, diante da não apresentação de informações obrigatórias do Termo de Referência, o que demonstra a baixa qualidade técnica dos estudos apresentados, nos termos da Instrução de Serviço 06/2019, com a devida publicação no Diário Oficial do Estado e notificação.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Ubá, 31/03/2025.

Documento assinado eletronicamente por DORGIVAL DA SILVA, Chefe da Unidade, em 31/03/2025 13:58 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.